



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 206/2020

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Procuradoria Geral do Estado - PGE

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de login de acesso aos sistemas "Portal AEF" o portal da Assessoria de Empresas e Fundações da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, para exclusiva visualização dos dados e informações ali disponibilizados. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 206/2020**

- I - Trata o presente expediente de pedido formulado à Procuradoria Geral do Estado - PGE, número SIC em epígrafe, para solicitação de login de acesso aos sistemas "Portal AEF" o portal da Assessoria de Empresas e Fundações da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, para exclusiva visualização dos dados e informações ali disponibilizados.
- II - Em resposta e recurso, o ente informou como poderia ser realizada a solicitação, pois a mesma não era objeto da Lei de Acesso à Informação. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
- III - No caso concreto em análise, verifica-se que o ente atendeu a demanda, informando como poderia ser realizada a solicitação, de acordo com o artigo 15 do Decreto nº 58.052/2012. O objeto abarcado pela LAI são dados, documentos e informações produzidas e acumuladas pela Administração Pública estadual, e os pedidos devem ser específicos, de acordo com o artigo 14 do referido Decreto.
- IV - Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

- V - À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
- VI - Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 31 de agosto de 2020.

Vera Wolff Bava  
Ouvidora Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado